



ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

---

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 23/21 VJ, DE 03 DE MARÇO DE 2021

**Dispõe sobre a Instituição da Semana de Cuidado com a Escola e dá outras providências.**

Autoria: Ver. Valdson José .

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA** aprova:

**Art. 1º** Fica instituída a Semana de Cuidado com a Escola, a ser realizada anualmente nos estabelecimentos da rede oficial de ensino, com o objetivo de promover a recuperação do patrimônio escolar e conscientizar a comunidade da importância de sua conservação.

**Art. 2º** A Semana de Cuidado com a Escola inclui:

- I – atividades de conscientização relativas à necessidade de preservação do patrimônio escolar;
- II – atividades de manutenção e reparo do patrimônio escolar.

*Parágrafo único.* Podem ser convidados para participar da Semana de Cuidado com a Escola os docentes, discentes seus pais e/ou responsáveis, entidades da sociedade civil públicas e privadas e outros órgãos e poderes.

**Art. 3º** As pessoas, entidades e órgãos convidados participam de forma gratuita e não remunerada, sendo que a sua participação não enseja qualquer vínculo com o serviço público municipal.

**Art. 4º** A semana de que trata esta Lei é realizada, preferencialmente, antes do encerramento oficial do quarto bimestre do ano letivo, consoante calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Formosa, 3 de março de 2021.

VEREADOR



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 23/21 VJ, DE 03 DE MARÇO DE 2021

Justificativa

A presente proposta legislativa visa a união de esforços para a implementação de atividades com fins educativos objetivando reparar os danos no ambiente escolar, com a presença de gestores escolares, familiares, entidades e órgãos.

Busca-se promover mais envolvimento dos pais ou responsáveis legais com a escola e as entidades e órgãos, considerando que o fim social da escola é a formação dos nossos discentes.

Essa parceria se fará de forma gratuita e não onerosa propiciando, além da recuperação de parte das instalações, uma maior conscientização da população para a preservação do patrimônio público. Vale dizer que a presente lei não se afasta dos princípios de gestão democrática e participativa, conforme dispõe o artigo 184 da Lei Orgânica.

Ao contrário, incentiva o envolvimento da comunidade escolar na conservação do patrimônio público utilizado pelos seus filhos e filhas, permitindo-se que, naquele equipamento, haja a plena possibilidade do desenvolvimento das atividades pedagógicas propostas pela escola.

Quanto à competência legislativa, tem-se que é competência comum entre a União, os Estados e o Distrito Federal, na forma do artigo 23, I da Constituição Federal e do capítulo IV da Lei Orgânica do município.

Além disso, urge destacar o que dispõe o capítulo II da referida Lei, uma vez que a competência do Município para legislar sobre o tema reflete o disposto neste capítulo, já que se trata especificamente de assunto de interesse local, o que não revela qualquer óbice à iniciativa parlamentar ora exercida.

Por conseguinte, conclamo os nobres pares para aprovarmos o presente Projeto de Lei.